

Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII

CNPJ: 17.554.274/0001-25

(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ:
13.486.793/0001-42)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e
Relatório dos auditores**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e à Administradora do
Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII
(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo"), administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor justo das propriedades para investimento (Notas Explicativas nº 3.4, 3.7 e 7)

O Fundo possui ativos classificados como propriedades para investimento, que são mensurados pelo seu valor justo determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador externo, que utiliza, entre outros, dados e premissas relevantes, tais como taxa de desconto e taxa de capitalização. Esses investimentos possuem risco de distorção relevante, em função de a determinação do seu valor justo envolver premissas e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo desses investimentos e do impacto que eventuais mudanças nos dados e premissas do laudo de avaliação econômico-financeira, bem como as incertezas em relação à sua realização, teriam sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Obtenção do entendimento dos controles internos relacionados à elaboração, avaliação e aprovação dos laudos de avaliação utilizados para o registro e atualização da estimativa do valor justo dos ativos classificados como propriedades para investimento;
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e da consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses laudos;
- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados para a mensuração das propriedades para investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidade da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

VINCI SHOPPING CENTERS FII
CNPJ (17.554.274/0001-25)

(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A)
CNPJ (13.486.793/0001-42)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	% PL	31/12/2022	% PL
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa					
Disponibilidades	4	464	0,02%	33	0,00%
Cotas de fundo de renda fixa	4	667.515	23,50%	66.124	2,87%
Aplicações Financeiras					
De natureza imobiliária					
Cotas de fundo de investimento imobiliário	5	3.320	0,12%	2.892	0,13%
Negociação e intermediação de valores	5	89	0,00%	37	0,00%
Aluguéis a receber	6	39.815	1,40%	39.749	1,73%
Valores a receber pela venda de imóveis	7	169.997	5,98%	-	0,00%
Outros ativos circulantes		2.587	0,09%	2.629	0,11%
		883.787	31,11%	111.464	4,84%
Não circulante					
Realizável ao longo prazo					
Aplicações financeiras					
Valores depositados em garantia					
Operações com securitização de recebíveis		18.178	0,64%	11.272	0,40%
Valores a receber pela venda de imóveis	7	55.689	1,96%	-	0,00%
De natureza imobiliária					
Ações de companhias fechadas	8	135.388	4,77%	-	0,00%
		209.255	7,37%	11.272	0,40%
Investimento					
Propriedades para investimento					
Imóveis acabados	7	2.714.895	95,58%	2.497.888	108,51%
Ajuste de avaliação ao valor justo		706.489	24,87%	360.102	15,64%
		3.421.384	120,45%	2.857.990	124,15%
Total do ativo		4.514.426	158,94%	2.980.726	129,39%
Passivo	Notas	31/12/2023	% PL	31/12/2022	% PL
Circulante					
Rendimentos a distribuir	13	22.553	0,79%	15.802	0,69%
Taxa de administração e gestão	14	2.360	0,08%	2.121	0,09%
Auditória e custódia		105	0,00%	97	0,00%
Provisões e contas a pagar		1.186	0,04%	4	0,00%
Captação de recursos (novas emissões)	12	875.000	30,81%	-	0,00%
Obrigações por aquisição de imóveis	8	127.567	4,49%	12.791	0,56%
		1.028.771	36,22%	30.815	1,34%
Não Circulante					
Exigível ao longo prazo					
Obrigações por aquisição de imóveis	8	476.068	16,76%	649.293	28,20%
(-) Custos de estruturação de securitização de recebíveis		(1.191)	-0,04%	(1.438)	-0,06%
Consideração contingente	7	152.175	5,36%	-	0,00%
Provisões e contas a pagar		18.210	0,64%	-	0,00%
		645.262	22,72%	647.855	28,14%
Total do passivo		1.674.033	58,94%	678.670	29,48%
Patrimônio líquido					
Cotas integralizadas		2.276.364	80,14%	1.971.294	85,63%
(-) Custos com emissão de cotas		(13.958)	-0,49%	(13.900)	-0,60%
Distribuição de rendimentos aos cotistas		(634.522)	-22,34%	(427.000)	-18,55%
Lucros acumulados		1.212.509	42,69%	771.662	33,52%
Total do patrimônio líquido	11	2.840.393	100,00%	2.302.056	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido		4.514.426	158,94%	2.980.726	129,48%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VINCI SHOPPING CENTERS FII
CNPJ (17.554.274/0001-25)

(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A)
CNPJ (13.486.793/0001-42)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro por cota integralizada e valor patrimonial da cota)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Propriedades para investimento			
Receitas de aluguéis	6	241.805	233.915
Reversão/ (Provisão) para devedores duvidosos	6	8.677	(10.865)
Ajuste ao valor justo	7.2	194.212	157.389
Lucro na venda de imóveis	8	86.750	8.221
Despesa financeira sobre obrigações imobiliárias		(74.186)	(67.067)
		457.258	321.593
Resultado líquido de propriedades para investimento		457.258	321.593
Ativos financeiros de natureza imobiliária			
Rendimento de cotas de fundos de investimento imobiliário	5	1.287	1.763
Resultados em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário	5	-	1.091
Ajuste ao valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliário	5	428	(2.648)
Resultado com empréstimos de cotas de fundos imobiliários	5	-	(214)
Despesas de IR sobre cotas de fundos de investimento imobiliário	5	-	(208)
Receitas de dividendos de ações de companhias fechadas	9	974	5.962
Ajuste ao valor justo de resultado de ações de companhias fechadas	9	1.918	-
		4.607	5.746
Resultado líquido de atividades imobiliárias		4.607	5.746
Outros ativos financeiros			
Rendas de aplicações em fundos de liquidez diária	4	13.665	4.776
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa		(3.069)	(1.072)
		10.596	3.704
Receitas (despesas) operacionais			
Taxa de administração e gestão	14 - 15	(26.076)	(23.487)
Despesa de consultoria	15	(4.078)	(5.342)
Despesas de auditoria e custódia	15	(519)	(425)
Despesas com estruturação de securitizações de recebíveis	15	(247)	(179)
Taxa de fiscalização da CVM	15	(57)	(57)
Outras receitas operacionais	15	556	191
Outras despesas operacionais	15	(1.193)	(80)
		(31.614)	(29.379)
Lucro líquido dos exercícios		440.847	301.664
Quantidade de cotas em circulação		21.243.721	18.591.085
Lucro por cota - R\$		20,75	16,23
Valor patrimonial da cota - R\$		133,71	123,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VINCI SHOPPING CENTERS FII**CNPJ (17.554.274/0001-25)**

(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A)

CNPJ (13.486.793/0001-42)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Notas	Cotas de investimentos integralizadas	Custos diretamente relacionados a emissão	Distribuição de rendimento aos cotistas	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		1.867.709	(13.753)	(272.812)	469.998	2.051.142
Cotas de investimentos integralizadas	12	103.585	-	-	-	103.585
(-) Custos com emissão de cotas		-	(147)	-	-	(147)
Distribuição de rendimentos	13	-	-	(154.188)	-	(154.188)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	301.664	301.664
Em 31 de dezembro de 2022		1.971.294	(13.900)	(427.000)	771.662	2.302.056
Cotas de investimentos integralizadas	12	305.070	-	-	-	305.070
(-) Custos com emissão de cotas		-	(58)	-	-	(58)
Distribuição de rendimentos	13	-	-	(207.522)	-	(207.522)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	440.847	440.847
Em 31 de dezembro de 2023		2.276.364	(13.958)	(634.522)	1.212.509	2.840.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VINCI SHOPPING CENTERS FII**CNPJ (17.554.274/0001-25)**

(Administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A)

CNPJ (13.486.793/0001-42)

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de receitas de aluguéis	250.416	206.574
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento imobiliários	1.287	1.763
Pagamento de taxa de administração e gestão	(25.837)	(23.408)
Pagamento de despesas de consultoria e assessoria	(4.078)	(5.342)
Pagamento de despesas de auditoria e custódia	(511)	(449)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(57)	(57)
Pagamento de impostos e taxas	(3.069)	(1.280)
Recebimentos/(pagamentos) diversos	170.861	115
Caixa líquido das atividades operacionais	389.012	177.916
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Custo com propriedades para investimentos acabadas	(200.936)	(48.144)
Pagamentos por compras de imóveis	(301.265)	(101.705)
Recebimentos por venda de imóveis	71.762	78.234
Aplicação em títulos vinculados a garantia	(6.906)	(9.396)
Recebimento de dividendos de ações de companhias fechadas	974	5.962
Custo com ações de companhias fechadas	-	(490)
Aquisição de ações de companhias fechadas	(133.470)	(711)
Rendimento de renda fixa	13.665	4.776
Venda de cotas de fundos imobiliários - FIIs	-	42.268
Caixa líquido das atividades de investimento	(556.176)	(29.206)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento líquido pela integralização de cotas	1.180.012	103.438
Pagamento de rendimentos	(200.771)	(152.720)
Pagamento de custos de estruturação de captação de recursos	-	(453)
Pagamento de despesas de juros por obrigações na aquisição de imóveis	(43.767)	(33.887)
Pagamento de amortização por obrigações na aquisição de imóveis	(166.488)	(56.401)
Caixa líquido das atividades de financiamento	768.986	(140.023)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	601.822	8.687
Caixa e equivalentes de caixa - início dos exercícios	66.157	57.470
Caixa e equivalentes de caixa - fim dos exercícios	667.979	66.157
Variação caixa e equivalentes de caixa	601.822	8.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

O Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário - FII (“Fundo”) é um Fundo de Investimento Imobiliário regido pelo seu Regulamento, pela Resolução CVM nº 175/22 e alterações posteriores, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicadas.

O Fundo iniciou suas atividades em 10 de março de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

A gestão do Fundo é realizada pela Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda. (“Gestora”).

As cotas podem ser subscritas ou adquiridas por pessoas naturais ou jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, regimes próprios de previdência social, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores não residentes que invistam no Brasil segundo as normas aplicáveis e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento. Para cada emissão de cotas e respectiva distribuição pública, a administração e a gestão poderão restringir o público-alvo para a respectiva emissão e oferta.

O objetivo do Fundo é a obtenção de renda mediante a aplicação de recursos, preponderantemente em imóveis, bem como em quaisquer direitos reais sobre os imóveis ou, ainda, pelo investimento indireto em imóveis mediante a aquisição de ativos imobiliários. A aquisição dos imóveis visa a proporcionar aos seus cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial destes, bem como pela eventual comercialização dos imóveis. O Fundo poderá realizar reformas ou benfeitorias nos imóveis com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual venda.

As aplicações do Fundo não contam com a garantia da administração ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e estão sujeitas a riscos de investimento.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários, conforme Instrução nº 516/11 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e alterações posteriores, incluindo outros Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde que não conflitantes com as disposições contidas nas instruções específicas dos fundos de investimento imobiliário.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e a determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende ao valor justo, mensuração de valor recuperável de ativos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo administrador em 28 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, que correspondem basicamente à aplicação em fundos de investimentos em renda fixa, remunerados pela variação do CDI (“certificado de depósito interbancário”) com liquidez inferior a 90 dias.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Fundo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro do Fundo é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso o ativo seja mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja a negociação do respectivo ativo financeiro, desde que seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Fundo gerenciatais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Fundo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Ativos financeiros são designados como mensurados ao custo amortizado quando os respectivos ativos forem mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixas contratuais, logo, tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação e, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Cotas de fundos de investimento

Não negociáveis na B³

As aplicações em cotas de fundos de investimento são demonstradas ao custo de aquisição, ajustada ao valor da cota disponibilizada pelo seu administrador, já líquida de imposto de renda a ser retido, sobre a variação positiva do valor da cota.

Negociáveis na B³

São registradas inicialmente ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado diariamente pela variação no valor das cotas dos fundos investidos do último dia útil, divulgadas na B³.

Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu custo financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o custo vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte renovação de juros.

Os principais passivos mensurados ao custo amortizado são:

Obrigações por aquisições de imóveis: representam obrigações decorrentes de custos relacionados a aquisições dos shoppings, sendo avaliado pelo custo amortizado à taxa efetiva da operação.

Reconhecimento de variações de valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

3.4. Propriedades para investimento

Inicialmente, as propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo de aquisição, que inclui todos os gastos da transação diretamente atribuíveis à operação de compra, tais como taxas cartorárias, tributos incidentes sobre a transferência de propriedade do imóvel, corretagens e honorários advocatícios. Após o seu reconhecimento inicial, são continuamente mensuradas e apresentadas ao seu valor justo, em que seus impactos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os valores justos são calculados por avaliadores independentes ao final de cada exercício e revisados pela administração ao final de cada trimestre ou quando é identificado algum evento que possa ter impacto significativo nos valores justos das propriedades. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores foram obtidos através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida e ampla experiência em avaliações recentes nas áreas de locação das propriedades para investimento e foram formalmente aprovados pela administradora do Fundo. A variação no valor justo das propriedades para investimento é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que a referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido. A entidade determina o valor justo da propriedade para investimento sem qualquer dedução para custos de transação em que possa incorrer por venda ou outra alienação.

3.5. Provisões e ativos e passivos contingentes

O Fundo ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.

Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo. São reconhecidos no balanço quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível pelos assessores jurídicos e pela Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem divulgação.

Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos além do controle do Fundo.

3.6. Partes relacionadas

Para quaisquer transações entre partes relacionadas faz-se necessária a divulgação das condições em que as mesmas transações foram realizadas.

3.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis com base em premissas que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da administradora, podem ser considerados mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, estão descritas a seguir:

I) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, é mensurado mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis, descritas na Nota Explicativa nº 3.3, apresentam informações detalhadas sobre "definição e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo".

II) Valor justo das propriedades para investimento: conforme descrito na Nota Explicativa nº3.4, o valor justo das propriedades para investimento é obtido através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida, sendo utilizadas técnicas de avaliação, como projeções de desempenho futuro do fluxo de receitas e despesas descontado a valor presente. As informações sobre as referidas propriedades para investimento e os parâmetros considerados para a avaliação a valor justo estão descritos na Nota Explicativa nº 7.

III) Perda de créditos esperadas (receitas imobiliárias a receber): o Fundo avalia continuamente a possibilidade de recuperação dos valores a receber de aluguéis e outros créditos a receber de lojistas dos shoppings, mediante a análise dos valores a receber, incluindo a avaliação de risco de cada operação e o seu histórico de perdas (quando aplicável), e foi considerada suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas sobre os valores a receber.

3.8. Ações de companhias fechadas

As ações de companhias fechadas são contabilizadas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida e formalmente aprovados pela administradora do Fundo. A variação no valor justo das ações de companhia fechada é reconhecida na demonstração do resultado do período em que a referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.9. Classificação ativos e passivos correntes e não correntes

O Fundo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (iv) caixa e equivalentes de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta “Banco conta-movimento” está representado por contas correntes no Banco Itaú S.A., Santander S.A., e BRL DTVM, nos montantes de R\$ 4, R\$ 1, e R\$ 459 (R\$ 22, R\$ 1, e R\$ 10 em 2022), respectivamente.

As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são compostas pelas seguintes aplicações financeiras:

- Cotas de fundos de investimento**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as cotas de fundos de investimentos integrantes da carteira são:

Cotas de Fundos de Investimentos	Administrador	31/12/2023		31/12/2022	
		Quantidades	Valor contábil	Quantidades	Valor contábil
Itaú Corp Federal Plus RF CP FIC FI (a)	Itaú Unibanco	4.990.252,07	666.905	553.438,70	65.572
FICFI Itaú Soberano Renda Fixa Simples LP (b)	Itaú Unibanco	9.493,50	610	9.697,20	552
Total			667.515		66.124

(a) O Itaú Corp Federal Plus RF CP FICFI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento busca aplicar os seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Curto Prazo”, os quais investem em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados à taxa Selic ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e prazo médio da carteira do Fundo inferior a 60 (sessenta) dias, com aplicação mínima de 80% dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras, estejam atreladas direta ou indiretamente a esse parâmetro.

(b) O Fundo Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento é administrado pelo Itaú Unibanco S.A. e tem por objetivo, aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados com “renda fixa”, os quais apliquem no mínimo 95% de sua carteira aplicada em: (i) títulos públicos federais, (ii) títulos privados de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira, cuja classificação de risco seja, no mínimo, equivalente às atribuídas aos títulos públicos federais ou (iii) operações compromissadas lastreadas em: (a) título público federal e (b) títulos de responsabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apropriadas receitas de R\$ 13.665 (em 2022 – R\$ 4.776), registradas na rubrica de rendas de aplicações em cotas de fundos com liquidez diária.

5. Ativos financeiros de natureza imobiliária

- Cotas de fundos imobiliários**

O Fundo possui, em 31 de dezembro de 2023, investimento em cotas de fundos de investimentos imobiliários, listados na B3, no montante de R\$ 3.320 (em 2022 – R\$ 2.892).

As aplicações em fundos de investimento imobiliário estão compostas como a seguir:

Cotas de fundo de investimento imobiliário em 31/12/2023

Fundo	Quantidade de cotas	Valor de mercado das cotas	Saldo
HFOF11 - HEDGE TOP FOFII 3 Fundo de Investimento Imobiliário	41.496	80,00	3.320
	41.496		3.320

Cotas de fundo de investimento imobiliário em 31/12/2022

Fundo	Quantidade de cotas	Valor de mercado das cotas	Saldo
HFOF11 - HEDGE TOP FOFII 3 Fundo de Investimento Imobiliário	41.496	69,69	2.892
	41.496		2.892

• **Cotas de FII cedidas por empréstimo**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há cotas de fundos de investimento imobiliários, cedidas por empréstimo.

Movimentação do exercício vinculada a cotas de fundos imobiliários

Saldo em 31 de dezembro de 2021	47.412
Aquisição de cotas de fundos imobiliários	-
Venda de cotas de fundos imobiliários	(42.268)
Resultado em transações de cotas de fundos de investimento imobiliário	(3.174)
Ajuste ao valor justo	1.617
Empréstimos de cotas de fundo imobiliário	(338)
Negociação e intermediação de valores	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.892
Ajuste ao valor justo	428
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.320

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo recebeu o montante de R\$ 1.287 referente ao rendimento de cotas de fundos imobiliários. (em 2022: R\$ 1.763).

6. Receitas de aluguel e valores a receber

Compreendem os recebíveis imobiliários originados, principalmente, por locações comerciais a lojistas, receitas de estacionamento, linearização de contratos e demais direitos creditórios das operações imobiliárias realizadas nos shoppings. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apropriadas receitas de R\$ 250.482, líquido de provisão para perdas, registradas na rubrica de receitas imobiliários (em 2022 – R\$ 223.050).

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo possui o montante de R\$ 39.815 (em 2022 – R\$ 39.749), referente a contas a receber de créditos imobiliários líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguéis a receber	40.824	87.099
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(1.009)	(47.350)
Aluguéis a receber, líquido de PCLD	<u>39.815</u>	<u>39.749</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é registrada com base nas estimativas de realização dos valores a receber de lojistas, decorrentes das receitas de operações imobiliárias, principalmente para as receitas de aluguel, sendo registrada na rubrica de “Provisão para devedores duvidosos” nas demonstrações do resultado do exercício.

As movimentações da provisão estão assim apresentadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo do início dos exercícios	(47.350)	(36.485)
Write-off de aluguéis a receber	37.664	-
Reversão/(constituição) da provisão no exercício	8.677	(10.865)
Saldo ao final dos exercícios	<u>(1.009)</u>	<u>(47.350)</u>

7. Propriedades para investimentos

7.1 Relação dos imóveis

Em 31 de dezembro de 2023 os imóveis integrantes da carteira encontravam-se em operação e estão relacionados abaixo:

Shopping	M² área total (ABL)	M² área construída	Endereços	Administrador	Data da compra	Valor aquisição	% de participação
i. Prudenshopping	31.878	74.445	Avenida Manoel Goulart, 2400 – Jardim das Rosas, SP.	Argo Desenvolvimento e Gestão	8/10/2019	R\$ 199.711	100%
ii. Praia da Costa	40.321	129.232	Av. Dr. Olívio Lira, 353 – Vila Velha, ES.	Soul Malls	8/09/2020	R\$ 194.023	97,16%
iii. Shopping Iguatemi Bosque	92.453	254.784	Avenida Washington Soares, 85, Edson Queiroz – Fortaleza, CE.	Jereissati Centros Comerciais	28/09/2018	R\$ 185.000	6,00%
iv. Ribeirão Shopping	60.559	285.010	Av. Cel. Fernando Ferreira Leite, 1540 – Ribeirão Preto, SP.	Multiplan	24/08/2020	R\$ 150.679	13,73%
v. Shopping Granja Viana	30.659	86.861	Rodovia Raposo Tavares km 23,5, Lageadinho – Cotia, SP.	Saphyr Shopping Centers	22/12/2017	R\$ 140.694	49,00%
vi. Minas Shopping	50.508	113.646	Av. Cristiano Machado, 4000, União – Belo Horizonte, MG.	Ancar Invanhoe	3/07/2019	R\$ 137.100	10,00%
vii. Villa Romana Shopping	22.507	109.425	Avenida Me. Benvenuta, 687 – Santa Monica, SC.	Lumine	9/10/2019	R\$ 110.250	20,00%
viii. Ilha Plaza	21.692	47.758	Avenida Maestro Paulo e Silva, 400, Jardim Carioca – Rio de Janeiro, RJ.	Soul Malls	25/02/2014	R\$ 121.516	34,40%
ix. Shopping Pátio Belém	21.685	58.344	Travessa Padre Eutíquio, 1.078, Batista Campos – Belém, PA.	AD Shopping Centers	25/02/2014	R\$ 78.973	21,40%
x. Shopping Paralela	37.310	156.636	Avenida Luiz Viana, 8.544, Paralela – Salvador, BA.	Saphyr Shopping Centers	25/05/2015	R\$ 42.191	11,00%
xi. Shopping Tacaruna	49.083	139.845	Avenida Gov. Agamenon Magalhães, nº 153, Santo Amaro – Recife, PE.	Tmall	19/09/2018	R\$ 81.600	10,00%
xii. Shopping ABC	47.679	121.542	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André, SP.	Shopping ABC	5/02/2020	R\$ 52.000	7,32%
xiii. West Shopping	46.692	110.704	Estrada do Mendaña, 555, Campo Grande – Rio de Janeiro, RJ.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 28.422	7,50%
xiv. Shopping Crystal	12.895	43.842	Rua Comendador Araújo, 731, Batel – Curitiba, PR.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 17.472	17,50%
xv. Center Shopping Rio	15.878	42.823	Avenida Geremário Dantas, 404 – Rio de Janeiro, RJ.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 12.103	7,50%
xvi. North Shopping Maracanã	20.097	38.000	Avenida Carlos Jereissati, 100 – Maracanã, CE.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 156.010	100,00%
xvi. Shopping Boulevard	28.898	82.822	Rua Barão de São Francisco, 236 – Vila Isabel, RJ.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 123.037	40,00%
xvii. Pantanal Shopping	46.390	65.247	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3.300 - Jardim Aclimação, Cuiabá, MT.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 152.006	23,10%
xvii. Porto Velho Shopping	44.946	68.866	Av. Rio Madeira, 3288 - Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho, RO.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 228.446	49,00%
xviii. Campinas Shopping	36.152	88.728	R. Jacy Teixeira de Camargo, 940 - Jardim do Lago, Campinas, SP.	Argo Desenvolvimento e Gestão	8/12/2022	R\$ 90.508	55,00%
xiv. Conjunto Nacional	36.241	119.640	Av. Setor de Divisões Norte, Conj. A, L 408 – Brasília, DF	Ancar Invanhoe	23/10/2023	R\$ 88.894	6,00%
xx. Madureira Shopping	37.000	[.]	Estr. do Portela, 222 - Madureira, Rio de Janeiro - RJ	Ancar Invanhoe	21/12/2023	R\$ 70.080	20,00%
xxi. Shopping Estação	49.869	27.663	Av. Sete de Setembro, 2775 - Rebouças, Curitiba - PR	Allos	21/12/2023	R\$ 156.256	35,00%
xxii. Via Sul Shopping	25.433	42.456	Av. Washington Soares, 4335 - Sapiranga, Fortaleza -CE	Ancar Invanhoe	23/10/2023	R\$ 63.655	45,00%

**Vinci Shopping Centers Fundo de
Investimento Imobiliário - FII**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022*

Shopping	M² área total (ABL)	M² área construída	Endereços	Administrador	Data da compra	Valor aquisição	% de participação
i. Prudenshopping	31.299	56.733	Avenida Manoel Goulart, 2400 – Jardim das Rosas, SP.	Argo Desenvolvimento e Gestão	8/10/2019	R\$ 199.711	100%
ii. Praia da Costa	39.982	129.639	Av. Dr. Olivio Lira, 353 – Vila Velha, ES.	Sá Cavalcante	8/09/2020	R\$ 194.023	97,16%
iii. Shopping Iguatemi Bosque	92.453	254.784	Avenida Washington Soares, 85, Edson Queiroz – Fortaleza, CE.	Jereissati Centros Comerciais	28/09/2018	R\$ 185.000	15,00%
iv. Ribeirão Shopping	60.915	240.495	Av. Cel. Fernando Ferreira Leite, 1540 – Ribeirão Preto, SP.	Multiplan	24/08/2020	R\$ 150.679	18,22%
v. Shopping Granja Viana	30.356	86.861	Rodovia Raposo Tavares km 23,5, Lageadinho – Cotia, SP.	Saphyr Shopping Centers	22/12/2017	R\$ 140.694	49,00%
vi. Minas Shopping	50.501	100.329	Av. Cristiano Machado, 4000, União – Belo Horizonte, MG.	Ancar Invanhoe	3/07/2019	R\$ 137.100	10,00%
vii. Villa Romana Shopping	22.507	109.425	Avenida Me. Benvenuta, 687 – Santa Monica, SC.	Lumine	9/10/2019	R\$ 110.250	30,00%
viii. Ilha Plaza	21.947	56.352	Avenida Maestro Paulo e Silva, 400, Jardim Carioca – Rio de Janeiro, RJ.	Soul Malls	25/02/2014	R\$ 121.516	34,40%
ix. Shopping Pátio Belém	21.645	58.344	Travessa Padre Eutiquio, 1.078, Batista Campos – Belém, PA.	AD Shopping Centers	25/02/2014	R\$ 78.973	21,40%
x. Shopping Paralela	57.670	138.757	Avenida Luiz Viana, 8.544, Paralela – Salvador, BA.	Saphyr Shopping Centers	25/05/2015	R\$ 42.191	11,00%
xi. Shopping Tacaruna	49.689	137.369	Avenida Gov. Agamenon Magalhães, nº 153, Santo Amaro – Recife, PE.	Tmall	19/09/2018	R\$ 81.600	10,00%
xii. Shopping ABC	48.013	126.633	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André, SP.	Shopping ABC	5/02/2020	R\$ 52.000	7,32%
xiii. West Shopping	44.234	110.704	Estrada do Mendanha, 555, Campo Grande – Rio de Janeiro, RJ.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 28.422	7,50%
xiv. Shopping Crystal	12.201	44.218	Rua Comendador Araújo, 731, Batel – Curitiba, PR.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 17.472	17,50%
xv. Center Shopping Rio	14.799	43.558	Avenida Geremário Dantas, 404 – Rio de Janeiro, RJ.	Argo Desenvolvimento e Gestão	27/05/2015	R\$ 12.103	7,50%
xvi. North Shopping Maracanaú	20.068	37.884	Avenida Carlos Jereissati, 100 – Maracanaú, CE.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 156.010	100,00%
xvi. Shopping Boulevard	28.791	82.822	Rua Barão de São Francisco, 236 – Vila Isabel, RJ.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 123.037	40,00%
xvii. Pantanal Shopping	45.014	65.247	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3.300 - Jardim Aclimacao, Cuiabá, MT.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 152.006	23,10%
xvii. Porto Velho Shopping	44.835	68.866	Av. Rio Madeira, 3288 - Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho, RO.	Ancar Invanhoe	27/09/2021	R\$ 228.446	49,00%
xviii. Campinas Shopping	36.133	59.084	R. Jacy Teixeira de Camargo, 940 - Jardim do Lago, Campinas, SP.	BR Malls	8/12/2022	R\$ 90.508	55,00%

ii. Praia da Costa

Em 31 de dezembro 2023, em função do desempenho superior ou igual a R\$ 61.400 de NOI acumulado e inferior a R\$ 87.500 esperado, o Fundo deverá pagar a título de *earn-out* ao vendedor o montante de R\$ 31.121, que encontra-se provisionado na rubrica “Consideração contingente”.

iii. Shopping Iguatemi Bosque

Em 06 de setembro de 2023, o Fundo concluiu a venda de participação equivalente a 9,00% do Shopping Iguatemi Bosque, localizado em Fortaleza, no estado do Ceará. O valor total da venda foi de R\$ 172.505, com pagamento à vista de R\$ 36.402, sendo o restante segregado em três parcelas a prazo de R\$ 93.011, R\$ 19.152 e R\$ 23.940, corrigidos pelo IPCA, com vencimentos em 05 de janeiro de 2024, 05 de julho de 2024 e 07 de janeiro de 2025, respectivamente, que encontra-se registrado na rubrica “Valores a receber pela venda de imóveis”.

iv. Ribeirão Shopping

Em 09 de outubro de 2023, o Fundo concluiu a venda de participação equivalente a 4,49% do Shopping Ribeirão, localizado em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. O valor total da venda foi de R\$ 75.977, com pagamento à vista de R\$ 22.793, sendo o restante segregado em três parcelas a prazo de R\$ 18.994, R\$ 15.196 e R\$ 18.994, corrigidos pelo IPCA, com vencimentos em 05 de janeiro de 2024, 05 de julho de 2024 e 07 de janeiro de 2025, respectivamente, que encontra-se registrado na rubrica “Valores a receber pela venda de imóveis”.

Em 31 de dezembro 2023, em função do desempenho superior ou igual a R\$ 33.000 de NOI acumulado esperado, o Fundo estima pagar a título de *earn-out* ao vendedor o montante de R\$ 37.500, que encontra-se provisionado na rubrica “Consideração contingente”.

vi. Minas Shopping

Em 12 de dezembro de 2022, o Fundo concluiu a venda de participação equivalente a 9,1393% do Minas Shopping, localizado em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. O valor total da venda foi de R\$ 78.234, que foi recebido à vista.

vii. Vila Romana Shopping

Em 03 de agosto de 2023, o Fundo concluiu a venda de participação equivalente a 10,00% do Shopping Villa Romana, localizado em Florianópolis, no estado de Santa Catarina. O valor total da venda foi de R\$ 48.966, com pagamento à vista de R\$ 14.690, sendo o restante segregado em três parcelas a prazo de R\$ 12.242, R\$ 9.793 e R\$ 12.241, corrigidos pelo IPCA, com vencimentos em 02 de janeiro de 2024, 01 de julho de 2024 e 02 de janeiro de 2025, respectivamente, que encontra-se registrado na rubrica “Valores a receber pela venda de imóveis”.

xvi. North Shopping Maracanaú e Shopping Boulevard

- No dia 27 de setembro de 2021, o Fundo adquiriu em uma operação conjunta quatro shoppings, sendo: 100% da fração imobiliária do North Shopping Maracanaú, localizado em Fortaleza – CE;
- 49% da fração imobiliária do Porto Velho Shopping, localizado em Porto Velho – RO;
- 40% da fração imobiliária do Shopping Boulevard, localizado no Rio de Janeiro – RJ;
- 21,4995% da fração do Pantanal Shopping, localizado em Cuiabá – MT.

O valor final da transação foi de R\$ 659.500, que ainda será acrescido de complemento de preço, relacionado à performance futura dos empreendimentos, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro 2023, em função do desempenho superior ou igual a R\$ 53.746 de NOI acumulado esperado, o Fundo estima pagar a título de *earn-out* ao vendedor o montante de R\$ 83.553, que encontra-se provisionado na rubrica “Consideração contingente”.

Os recursos para a conclusão da transação foram obtidos através da 7ª emissão de cotas, no valor de R\$ 363.800, além de uma operação estruturada de securitização, no valor de R\$ 395.700, com vencimento em 15 anos, corrigida por IPCA + 6,25 ao ano e três anos de carência de amortização de principal.

Além da quitação da transação, a captação em conjunto com a securitização resultou em uma adição de disponibilidades no Fundo de R\$ 100.000.

Vide Nota Explicativa nº 8 “Obrigações por aquisições de imóveis”, para informações relacionadas à atualização das parcelas e/ou quitação no valor de R\$ 356.914.

xvii. Pantanal Shopping e Porto Velho Shopping

Em 07 de março de 2022, o Fundo concluiu a aquisição de participação adicional equivalente a 1,60% do Pantanal Shopping, localizado em Cuiabá, no estado do Mato Grosso. O valor total da aquisição foi de R\$ 11.197, com pagamento à vista.

Em 31 de dezembro 2023, em função do desempenho superior ou igual a R\$ 53.746 de NOI acumulado esperado, o Fundo estima pagar a título de *earn-out* ao vendedor o montante de R\$ 83.553, que encontra-se provisionado na rubrica “Consideração contingente”.

No mês de março, foi concluído o processo de extinção das SPEs que detinham as participações no Pantanal Shopping e Porto Velho Shopping, de tal modo que o Fundo passou a deter a fração imobiliária direta do imóvel. Com esta aquisição, o Fundo, que possuía 21,50% no Pantanal Shopping, passou a ter 23,10% de participação no referido Ativo, e 49,00% do Porto Velho Shopping.

Vide Nota Explicativa nº 8 “Obrigações por aquisições de imóveis”, para informações relacionadas à atualização das parcelas e/ou quitação no valor de R\$ 356.914.

xviii. Campinas Shopping

Em 8 de dezembro de 2022, o Fundo concluiu a aquisição de 55,00% do Campinas Shopping. O valor total da compra foi de R\$ 226.270. Do total R\$ 90.508 foram pagos à vista através dos recursos da 8ª emissão de cotas do Fundo, e R\$ 135.762 serão pagos em parcelas mensais a prazo, através de estrutura de securitização, com carência de principal de 2 anos com taxa de IPCA + 7,65% ao ano, sendo R\$ 45.300 com prazo final em 4 anos e R\$ 90.508 em 12 anos, vide Nota Explicativa nº 8 “Obrigações por aquisições de imóveis”.

xiv. Shopping Conjunto Nacional

Em 23 de outubro de 2023, o Fundo concluiu a aquisição de participação adicional equivalente a 6,00% do Shopping Conjunto Nacional, localizado em Brasília, no Distrito Federal. O valor total da aquisição foi de R\$ 88.895, com pagamento à vista.

xx. Madureira Shopping

Em 21 de dezembro de 2023, o Fundo concluiu a aquisição de participação adicional equivalente a 20,00% do Madureira Shopping, localizado no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. O valor total da aquisição foi de R\$ 70.080, com pagamento via nota promissória de R\$ 13.964 e com os recursos para a conclusão da transação obtidos através da 10ª emissão de cotas, no valor de R\$ 56.116.

xxi. Shopping Estação Curitiba

Em 21 de dezembro de 2023, o Fundo concluiu a aquisição de participação adicional equivalente a 35,00% do Shopping Estação, localizado no Curitiba, no estado do Paraná. O valor total da aquisição foi de R\$ 156.256, com pagamento via nota promissória de R\$ 31.136 e com os recursos para a conclusão da transação obtidos através da 10ª emissão de cotas, no valor de R\$ 125.120.

xxii. Via Sul Shopping

Em 23 de outubro de 2023, o Fundo concluiu a aquisição de participação adicional equivalente a 45,00% do Via Sul Shopping, localizado em Fortaleza, no estado do Ceará. O valor total da aquisição foi de R\$ 63.655, com pagamento a prazo com vencimento em 23 de outubro de 2024 que encontra-se provisionado na conta “Valores a receber pela venda de imóveis”.

7.2 – Movimentação dos investimentos em propriedades para investimento

Discriminação dos imóveis	(%) Participação do Fundo	Valor de mercado em 31/12/2022	Aquisições/ (Vendas)	Ajustes ao valor justo	Custos Incrementais	Valor de mercado em 31/12/2023	% s/PL
(i) Prudenshopping	100,00%	356.925	-	80.375	1.415	438.715	15,45%
(ii) Shopping Praia Costa	97,16%	289.374	-	(13.818)	33.649	309.205	10,89%
(iii) Shopping Iguatemi Fortaleza	9,00%	258.807	(114.876)	(26.665)	3.260	120.526	4,24%
(iv) Shopping Ribeirão (*)	13,73%	195.923	(54.233)	8.917	37.447	188.054	6,62%
(v) Granja Viana	49,00%	159.432	-	43.199	5.262	207.893	7,32%
(vi) Shopping Minas	10,00%	78.155	-	4.218	487	82.860	2,92%
(vii) Villa Romana Shopping	20,00%	132.893	(41.530)	15.031	5.574	111.968	3,94%
(viii) Ilha Plaza Shopping	34,40%	112.014	-	(4.657)	3.651	111.008	3,91%
(ix) Shopping Pátio Belém	21,40%	83.563	-	(1.316)	1.888	84.135	2,96%
(x) Shopping Paralela	11,00%	68.214	-	6.955	1.574	76.743	2,70%
(xi) Shopping Tacaruna	10,00%	67.957	-	8.356	-	76.313	2,69%
(xii) Shopping ABC	7,32%	55.104	-	2.583	177	57.864	2,04%
(xiii) West Shopping	7,50%	40.997	-	(597)	927	41.327	1,45%
(xiv) Shopping Crystal Plaza	17,50%	15.232	-	(5.269)	1.109	11.072	0,39%
(xv) Center Shopping Rio	7,50%	12.620	-	(5.658)	785	7.747	0,27%
(xvi) North Shopping Maracanaú	100,00%	157.719	-	26.173	21.234	205.126	7,22%
(xvi) Shopping Boulevard	40,00%	106.184	-	(5.651)	11.911	112.444	3,96%
(xvii) Pantanal Shopping	23,10%	172.259	-	8.137	20.374	200.770	7,07%
(xvii) Porto Velho Shopping	49,00%	260.691	-	17.346	36.066	314.103	11,06%
(xviii) Campinas Shopping	55,00%	233.927	-	30.147	1.207	265.281	9,34%
(xix) Conjunto Nacional	6,00%	-	88.894	(10.178)	3.526	82.242	2,90%
(xx) Shopping Madureira	20,00%	-	70.080	-	2.113	72.193	2,54%
(xxi) Shop Estação Curitiba	35,00%	-	156.256	-	4.324	160.580	5,65%
(xxii) Shopping Via Sul	45,00%	-	63.655	16.584	2.976	83.215	2,93%
Total		2.857.990	168.246	194.212	200.936	3.421.384	120,45%

As movimentações dos valores das propriedades para investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas na tabela abaixo:

Discriminação dos imóveis	(%) Participação do Fundo	Valor de mercado em 31/12/2021	Aquisições/ (Vendas)	Incorporação por dissolução SPE	Ajustes ao valor justo	Custos Incrementais/ (reversão)	Valor de mercado em 31/12/2022	% s/PL
(i) Prudenshopping	100,00%	312.900	-	-	40.817	3.208	356.925	15,50%
(ii) Shopping Praia Costa	97,16%	241.513	-	-	37.709	10.152	289.374	12,57%
(iii) Shopping Iguatemi Fortaleza	15,00%	233.085	-	-	24.199	1.523	258.807	11,24%
(iv) Shopping Ribeirão (*)	18,20%	179.907	-	-	18.586	(2.570)	195.923	8,51%
(v) Granja Viana	49,00%	153.223	-	-	6.106	103	159.432	6,93%
(vi) Shopping Minas	10,00%	146.994	(70.013)	-	349	825	78.155	3,40%
(vii) Villa Romana Shopping	30,00%	115.020	-	-	14.200	3.673	132.893	5,77%
(viii) Ilha Plaza Shopping	34,40%	107.018	-	-	4.944	52	112.014	4,87%
(ix) Shopping Pátio Belém	21,40%	85.117	-	-	(1.717)	163	83.563	3,63%
(x) Shopping Paralela	11,00%	61.402	-	-	6.709	103	68.214	2,96%
(xi) Shopping Tacaruna	10,00%	62.410	-	-	5.547	-	67.957	2,95%
(xii) Shopping ABC	7,32%	50.274	-	-	4.633	197	55.104	2,39%
(xiii) West Shopping	7,50%	40.072	-	-	900	25	40.997	1,78%
(xiv) Shopping Crystal Plaza	17,50%	15.207	-	-	16	9	15.232	0,66%
(xv) Center Shopping Rio	7,50%	14.332	-	-	(1.779)	67	12.620	0,55%
(xvi) North Shopping Maracanaú	100,00%	149.300	-	-	3.569	4.850	157.719	6,85%
(xvi) Shopping Boulevard	40,00%	112.481	-	-	(13.741)	7.444	106.184	4,61%
(xvii) Pantanal Shopping	23,10%	-	11.197	163.835	(6.275)	3.502	172.259	7,48%
(xvii) Porto Velho Shopping	49,00%	-	-	240.914	12.616	7.161	260.691	11,32%
(xviii) Campinas Shopping	55,00%	-	226.270	-	-	7.657	233.927	10,16%
Total		2.080.255	167.454	404.749	157.388	48.144	2.857.990	124,15%

(*) Participação considerando a participação do Fundo no empreendimento original e nas expansões em que figura como empreendedor.

7.3. Determinação do valor justo das propriedades para investimento

As propriedades para investimento foram avaliadas pela Cushman & Wakefield, que emitiu laudos de avaliação para a data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022, aprovadas pelo administrador. As avaliações foram elaboradas baseadas nos dados disponíveis no mercado e em informações obtidas em contato com corretores e profissionais especializados no mercado local.

Para a consecução do objetivo, observou-se o que preceitua a NBR. 14.653 (Parte 1 a 4) da A.B.N.T. – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Cada propriedade de investimento possui uma configuração de variáveis que é inerente a ela e única. No caso da avaliação das propriedades, tendo em vista a finalidade e a natureza do empreendimento avaliado, sua situação geo socioeconômica e a disponibilidade de dados seguros, o avaliador optou pela avaliação do método da capitalização de renda, através do fluxo de caixa descontado para a avaliação do valor justo dos empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2023, os imóveis Madureira Shopping e Shopping Estação, adquiridos em dezembro de 2023, estão registrados pelos respectivos preço de transação/aquisição, os quais, por estarem próximos à data-base do Fundo, representam a melhor estimativa de valor justo dos investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, o imóvel Campinas Shopping, adquiridos em dezembro de 2022, está registrado pelo respectivo preço de transação/aquisição, o qual, por estar próximo à data-base do Fundo, representa a melhor estimativa de valor justo do investimento.

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, as principais premissas utilizadas para obtenção do valor justo do imóvel na data das demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Shopping	Cidade	UF	Taxa de desconto	Taxa de capitalização	Período de análise
i. Prudenshopping	Presidente Prudente	SP	9,75%	8,75%	10 anos
ii. Praia da Costa	Vila Velha	ES	10,00%	8,75%	10 anos
iii. Shopping Iguatemi Bosque	Fortaleza	CE	8,75%	8,00%	10 anos
iv. Ribeirão Shopping	Ribeirão Preto	SP	8,75%	8,00%	10 anos
v. Shopping Granja Viana	Cotia	SP	9,75%	8,75%	10 anos
vi. Minas Shopping	Minas Gerais	MG	9,25%	8,25%	10 anos
vii. Villa Romana Shopping	Florianópolis	SC	9,75%	8,75%	10 anos
viii. Ilha Plaza	Rio de Janeiro	RJ	10,25%	9,00%	10 anos
ix. Shopping Pátio Belém	Belém	PA	10,25%	9,25%	10 anos
x. Shopping Paralela	Salvador	BA	9,75%	8,75%	10 anos
xi. Shopping Tacaruna	Recife	PE	9,50%	8,50%	10 anos
xii. Shopping ABC	Santo André	SP	9,50%	8,50%	10 anos
xiii. West Shopping	Rio de Janeiro	RJ	9,75%	8,50%	10 anos
xiv. Shopping Crystal	Curitiba	PR	10,75%	9,25%	10 anos
xv. Center Shopping Rio	Rio de Janeiro	RJ	10,50%	9,25%	10 anos
xvi. North Shopping Maracanaú	Fortaleza	CE	10,25%	8,75%	10 anos
xvii. Pantanal Shopping	Rio de Janeiro	RJ	10,50%	9,25%	10 anos
xviii. Shopping Boulevard	Cuiabá	MT	9,50%	8,50%	10 anos
xix. Porto Velho Shopping	Porto Velho	RO	9,75%	8,75%	10 anos
xx. Campinas Shopping	Campinas	SP	9,75%	8,75%	10 anos
xxi. Conjunto Nacional	São Paulo	SP	9,00%	8,00%	10 anos
xxii. Via Sul Shopping	Fortaleza	CE	9,75%	8,75%	10 anos

Em 31 dezembro de 2022, as principais premissas utilizadas para obtenção do valor justo do imóvel na data das demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Shopping	Cidade	UF	Taxa de desconto	Taxa de capitalização	Período de análise
i. Prudenshopping	Presidente Prudente	SP	10,00%	8,25%	10 anos
ii. Shopping Praia Costa	Vila Velha	ES	10,25%	8,75%	10 anos
iii. Shopping Iguatemi Bosque	Fortaleza	CE	10,00%	8,25%	10 anos
iv. Shopping Ribeirão	Ribeirão Preto	SP	9,75%	8,25%	10 anos
v. Granja Vianna	Cotia	SP	10,25%	9,00%	10 anos
vi. Shopping Minas	Minas Gerais	MG	9,75%	8,25%	10 anos
vii. Villa Romana Shopping	Florianópolis	SC	10,00%	8,50%	10 anos
viii. Ilha Plaza Shopping	Rio de Janeiro	RJ	10,00%	8,25%	10 anos
ix. Shopping Pátio Belém	Belém	PA	10,00%	8,50%	10 anos
x. Shopping Paralela	Salvador	BA	10,00%	8,50%	10 anos
xi. Shopping Tacaruna	Recife	PE	10,00%	8,25%	10 anos
xii. Shopping ABC	Santo André	SP	9,75%	8,25%	10 anos
xiii. West Shopping	Rio de Janeiro	RJ	9,75%	8,25%	10 anos
xiv. Shopping Crystal Plaza	Curitiba	PR	11,00%	9,00%	10 anos
xv. Center Shopping Rio	Rio de Janeiro	RJ	10,25%	9,00%	10 anos
xvi. North Shopping Maracanaú	Fortaleza	CE	10,00%	8,50%	10 anos
xvii. Shopping Boulevard	Rio de Janeiro	RJ	10,50%	9,00%	10 anos
xviii. Pantanal Shopping	Cuiabá	MT	10,00%	8,50%	10 anos
xix. Porto Velho Shopping	Porto Velho	RO	10,00%	8,50%	10 anos

8. Obrigações por aquisições de imóveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as obrigações de imóveis a pagar são compostas conforme abaixo:

	2023			2022		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
i. Shopping Praia da Costa	-	-	-	-	-	-
ii. Granja Viana	5.072	31.934	37.006	5.767	32.095	37.862
iii. Paralela, West e Center	4.246	15.183	19.429	3.950	17.360	21.310
iv. Ilha Plaza e Pátio Belém	3.318	7.292	10.610	3.074	9.520	12.594
v. Shopping Tacaruna	-	5.980	5.980	-	5.290	5.290
vi. Shopping Boulevard, Maracanaú, Porto Velho e Pantanal	120.000	236.914	356.914	-	447.758	447.758
vii. Campinas (tranches 1 e 2)	7.280	88.257	95.537	-	136.731	136.731
viii. Madureira Shopping	13.964	-	13.964	-	-	-
ix. Via Sul	63.655	-	63.655	-	-	-
Outras obrigações a pagar	-	540	540	-	539	539
Total das obrigações por aquisição de imóveis	217.535	386.100	603.635	12.791	649.293	662.084

i. Obrigações por aquisições (Shopping Praia da Costa)

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2022
Saldo Inicial	55.964
Obrigações assumidas da aquisição	-
Despesas financeiras do exercício	3.915
Pagamentos realizados	(59.879)
Saldo final do exercício	-

ii. Obrigação por aquisição (Granja Vianna)

Por ocasião da aquisição de participação no Shopping Granja Vianna, o Fundo assumiu a obrigação referente à operação de securitização de créditos imobiliários, totalizando R\$ 38.838. Tal operação tem vencimento em 2033 e sobre a qual incidem juros de CDI + 1,85% ao ano.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	37.862	38.317
Despesas financeiras do exercício	5.283	5.079
Pagamentos realizados	(6.139)	(5.534)
Saldo final do exercício	37.006	37.862

iii. Obrigação por aquisição (Paralela, West e Center)

As aquisições dos shoppings Paralela, West Shopping e Center Shopping Rio ocorreram em setembro de 2015, sendo seu pagamento em parte realizado à vista e saldo remanescente em 162 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de maio de 2029, no valor original de R\$ 72.600. As parcelas a prazo devidas pelo Fundo foram cedidas pelo vendedor através de contrato de cessão (Contrato de Cessão CRI Habitasec) à Habitasec Securitizadora S.A. ("Habitasec") para emissão do CRI da 53ª série da 1ª Emissão da Habitasec ("CRI Habitasec") que foi registrado para negociação e liquidação na Cetip S.A. – Mercados Organizados ("CETIP").

O CRI Habitasec apresenta taxa efetiva de juros de 9,85% ao ano e é atualizado mensalmente, nos termos do art. 46 da Lei nº 10.931/04, de acordo com a taxa referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo devedor do CRI Habitasec, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 19.429 (R\$ 21.310 em 31 de dezembro de 2022).

Para assegurar o pagamento do CRI Habitasec, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fundo, no Contrato de Cessão CRI Habitasec, foram celebrados os instrumentos de garantias descritos no referido contrato que contemplam cessão fiduciária dos recebíveis do Fundo e alienação fiduciária dos imóveis.

Abaixo apresentamos as movimentações ocorridas nas obrigações por aquisições de participação dos Shoppings Paralela, West Shopping e Center Shopping Rio para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Todas as despesas do CRI Ápice e do CRI Habitasec, incluindo quaisquer tributos, referente à emissão e à respectiva transferência da CCI, tais como taxa de registro na B³ S.A., despesas de custódia e honorários da instituição custodiante, são despesas do Fundo.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	21.310	22.926
Despesas financeiras do exercício	2.306	2.379
Pagamentos realizados	(4.187)	(3.995)
Saldo final do exercício	19.429	21.310

iv. Obrigações por aquisição (Ilha Plaza e Pátio Belém)

Os shoppings Ilha Plaza e Pátio Belém foram adquiridos pelo Fundo em fevereiro de 2014, sendo parte do seu pagamento realizado à vista e o saldo remanescente em 145 parcelas mensais e sucessivas com o primeiro pagamento em 11 de março de 2015 e o último em 11 de março de 2027, no valor original de R\$ 132.000. As parcelas a prazo devidas pelo Fundo foram cedidas pelo vendedor através de contrato de cessão (Contrato de Cessão CRI Ápice) à Ápice Securitizadora S.A. para emissão do CRI da 14ª série da 1ª Emissão da Ápice ("CRI Ápice"), que foi registrado para negociação e liquidação na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (antiga Cetip S.A.).

O CRI Ápice apresenta taxa efetiva de juros de 9,40% ao ano, atualizado mensalmente, nos termos do art. 46 da Lei nº 10.931/04, de acordo com a taxa referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	12.594	14.139
Despesas financeiras do exercício	1.251	1.441
Pagamentos realizados	(3.235)	(2.986)
Saldo final do exercício	10.610	12.594

v. Obrigações por aquisições (Shopping Tacaruna)

Em 19 de setembro de 2018, o Fundo adquiriu 16,67% de participação no Shopping Tacaruna, no valor total de R\$ 81.600, que ocorreu através da compra direta de fração imobiliária do imóvel, como também mediante a aquisição de debêntures permutáveis em participação direta do imóvel. Sobre o valor da operação, o montante de R\$ 4.080 (equivalente a 5% do valor total) foi retido até que as pendências para regularização imobiliária referente à aquisição fossem concluídas. Dado que as pendências não haviam sido regularizadas até o encerramento do exercício, em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar pelo Fundo era de R\$ 5.980 (em 2022 - R\$ 5.290), já refletindo a respectiva atualização financeira.

vi. Obrigação por aquisição (Shopping Boulevard, Maracanaú, Porto Velho e Pantanal)

O Fundo adquiriu em uma operação conjunta com outros quatro shoppings, sendo eles: 40% da fração imobiliária do Shopping Boulevard, localizado no Rio de Janeiro – RJ; 49% da fração imobiliária do Porto Velho Shopping, localizado em Porto Velho – RO; 100% da fração imobiliária do North Shopping Maracanaú, localizado em Fortaleza – CE; e 21,4995% da fração imobiliária do Pantanal Shopping, localizado em Cuiabá – MT. O valor final da transação foi de R\$ 659.500, que ainda poderá ser acrescido de complementode preço, relacionado à performance futura dos empreendimentos. Os recursos para a conclusão da transação foram obtidos através da 7ª emissão de cotas, no valor de R\$ 363.800, além de uma operação estruturada de securitização, no valor de R\$ 395.700, com vencimento em 15 anos, corrigida por IPCA + 6,25 % ao ano e três anos de carência de amortização de principal.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	447.758	412.950
Despesas financeiras do exercício	49.201	52.308
Pagamentos realizados	(140.045)	(17.500)
Saldo final do exercício	356.914	447.758

vii. Obrigação por aquisição (Campinas tranches - 1 e 2)

Em 08 de dezembro de 2022, o Fundo concluiu a aquisição de 55,0% da fração imobiliária do Campinas Shopping pelo valor total de R\$ 226.270, sendo R\$ 90.508 pagos à vista, através dos recursos da 8ª emissão de cotas do Fundo, e R\$ 135.762 serão pagos em parcelas mensais a prazo, através de estrutura de securitização, com carência de principal de 2 anos com taxa de IPCA + 7,65% ao ano, sendo R\$ 45,3 milhões com prazo final em 4 anos e R\$ 90,5 milhões em 12 anos.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	136.731	-
Obrigações assumidas da aquisição	-	135.762
Despesas financeiras do exercício	15.609	1.368
Pagamentos realizados	(56.803)	(399)
Saldo final do exercício	95.537	136.731

viii. Obrigação por aquisição (Madureira Shopping)

Em 23 de outubro o Fundo concluiu a aquisição de 20,0% da fração imobiliária do Madureira Shopping pelo valor total de R\$ 70.080. Para a conclusão da transação, R\$ 13.964 serão pagos a prazo no vencimento de 05 de janeiro de 2024.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023
Saldo Inicial	-
Obrigações assumidas da aquisição	13.964
Saldo final do exercício	13.964

ix. Obrigação por aquisição (Via Sul)

Em 23 de outubro de 2023, o Fundo concluiu a aquisição de 45,0% da fração imobiliária do Via Sul Shopping pelo valor total de R\$ 63.655. Para a conclusão da transação, R\$ 63.655 serão pagos a prazo no vencimento de 23 de outubro de 2024.

Obrigações por securitização de recebíveis	31/12/2023
Saldo Inicial	-
Obrigações assumidas da aquisição	63.655
Saldo final do exercício	63.655

9. Ações de companhias fechadas

Em 31 de dezembro de 2023, as ações de companhias fechadas integrantes na carteira do Fundo estavam representadas conforme abaixo:

Companhias fechadas	Quantidade de ações	Participação (%)	Aquisição	Custo incremental	Ajuste a valor justo	Valor em 31/12/2023
SPE Maracanaú Ltda.	100.000	100,00%	20	-	942	962
SPE Monaco Participações S.A.	39.474.130	56,53%	133.449	-	977	134.426
Total			133.469	-	1.919	135.388

SPE Maracanaú Ltda.: empresa limitada, com sede na cidade de Maracanaú, na Avenida Senador Carlos Jereissati, nº 100, Loja 351. A sociedade tem prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objetivo receber aluguéis de parte das lojas do North Shopping Maracanaú. O capital social da sociedade é de R\$ 100, dividido em 100.000 cotas, integralmente detidas pelo Fundo. Desse montante apenas R\$ 20 foram integralizados.

Para a determinação do valor justo da SPE Maracanau Ltda. foi considerado o valor justo dos contratos de aluguéis, acrescidos dos ativos monetários e deduzidos dos passivos monetários apurados no balanço social da SPE Maracanau Ltda. em 31 de dezembro de 2023, totalizando o valor justo em R\$ 942.

SPE Mônaco Participações S.A.: sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 7.777, subsolo, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. A sociedade tem prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto investir no Natal Shopping. O capital social da sociedade é de R\$ 169.457, dividido em 115.125.094 cotas de participação totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, integralmente detido pelo Fundo.

A SPE Mônaco Participações S.A. é proprietária da fração imobiliária de 100% do shopping center denominado de Natal Shopping, que tem 28.363 m² de ABL, e está localizado na Avenida Senador Salgado Filho, 2234, Natal/RN. O Fundo é adquirente através dessa transação o total de 29,99% do Natal Shopping.

Em 31 de dezembro de 2023, o imóvel estava avaliado ao valor justo de R\$ 465.611, do qual o Fundo tem direito a R\$ 256.086, substanciado com o laudo de avaliação elaborado pela Cushman, elaborado pelo método de capitalização da renda por fluxo de caixa descontado, sendo as principais premissas aplicadas:

- Período de fluxo: 10 anos
- Taxa de capitalização (*Cap Rate*): 8,75% ao ano
- Taxa de desconto: 9,75% ao ano

Para a determinação do valor justo do Natal Shopping, foi considerado o valor justo das propriedades para investimentos, acrescidos dos ativos monetários e deduzidos dos passivos monetários apurados no balanço social da SPE Mônaco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, totalizando o valor justo em R\$ 977.

Em 31 de dezembro de 2022, as ações de companhias fechadas integrantes na carteira do Fundo estavam representadas conforme abaixo:

	Valor em 31/12/2021	Aquisição	Custo incremental	Dissolução SPE	Valor em 31/12/2022
Companhias fechadas					
Via Shopping Empreendimentos e Participações S.A	163.737	141	476	(164.354)	-
Porto Velho Shopping I Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	239.811	2.500	14	(242.325)	-
Total:	403.548	2.641	490	(406.679)	-

Porto Velho Shopping I Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. (“Porto Velho Shopping”) e Via Shopping Empreendimentos e Participações S.A. (“Via Shopping”)

Em 16 de março de 2022, foi deliberada, através de Assembleia Geral Extraordinária, a dissolução e liquidação da Porto Velho Shopping e da Via Shopping com cessão de direitos e obrigações para o Fundo.

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo recebeu o montante de R\$ 974 (em 2022 - R\$ 5.962) referente ao recebimento de dividendos de companhias fechadas.

10. Gerenciamento de Risco

Riscos

Não obstante a diligência da administração e da gestão em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a administração, a gestão e o consultor imobiliário mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Os fatores de risco, a seguir identificados, representam os principais fatores de risco do Fundo, não sendo, portanto, uma lista exaustiva dos fatores de risco que os cotistas estão sujeitos. Outros riscos e incertezas podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro e afetar resultados do Fundo.

A íntegra dos fatores de risco a que o Fundo e os cotistas estão sujeitos encontra-se descrita no informe anual elaborado em conformidade com o Anexo 39-V da Instrução CVM nº 472/08.

Risco do investimento em shopping center

O Fundo tem por objeto o investimento em shoppings center. Os resultados do Fundo dependerão da capacidade dos lojistas em gerar vendas e das vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos shopping centers. O aumento das receitas do Fundo e o aumento dos lucros operacionais resultantes do investimento em shopping centers dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas lojas. A eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral podem causar prejuízos ao Fundo. Condições econômicas adversas na área onde cada shopping center está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, consequentemente, os seus resultados operacionais, afetando os resultados do Fundo. O setor de shopping centers, no Brasil, é altamente competitivo, o que poderá ocasionar uma redução no valor dos aluguéis. Uma série de empreendedores do setor de shopping centers concorre com o Fundo na busca de compradores e locatários potenciais. O shopping center pode ter outros investidores, e para a tomada de determinadas decisões significativas poderá ser necessária a sua anuência. É possível que os demais investidores do shopping center tenham interesses econômicos diversos dos interesses do Fundo, o que pode levá-los a votar em projetos de forma contrária aos objetivos do Fundo, impedindo a implementação das estratégias, o que poderá causar um efeito adverso relevante no patrimônio do Fundo. Ainda, os contratos de locação no setor de shopping center possuem características peculiares e podem gerar riscos à condução dos negócios do Fundo em relação a esses investimentos e impactar de forma adversa os seus resultados operacionais.

Não obstante, a administração dos shoppings centers poderá ser realizada por empresas especializadas, sem interferência direta do Fundo, o que pode representar um fator de limitação ao Fundo para implementar as políticas de administração que considere adequadas, sendo que a existência de tal limitação confere às empresas especializadas um grau de autonomia, o que poderá vir a ser considerado excessivo ou inadequado pelo Fundo no futuro, não sendo possível garantir que as políticas de administração adotadas por tais empresas não irão prejudicar as condições dos shopping Centers ou dos rendimentos a serem distribuídos pelo Fundo aos cotistas.

Risco sistêmico e do setor imobiliário

O preço dos imóveis, dos ativos imobiliários e dos ativos financeiros relacionados ao setor imobiliário é afetado por condições econômicas nacionais e internacionais e por fatores exógenos diversos, tais como interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores dos mercados, moratórias e alterações da política monetária, o que pode causar perdas ao Fundo. A redução do poder aquisitivo da população pode ter consequências negativas sobre o valor dos imóveis, dos aluguéis e dos valores recebidos pelo Fundo em

decorrência de arrendamentos, afetando os ativos do Fundo, o que poderá prejudicar o seu rendimento e o preço de negociação das cotas e causar perdas aos cotistas. Não será devida pelo Fundo, pelo administrador, pelo gestor ou pelo custodiante qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza caso os cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de qualquer uma das referidas condições e fatores.

Riscos relativos à rentabilidade e aos ativos do Fundo

O investimento nas cotas pode ser comparado, para determinados fins, à aplicação em valores mobiliários de renda variável, visto que a rentabilidade das cotas depende da valorização imobiliária e do resultado da administração dos bens e direitos que compõem o patrimônio do Fundo, bem como da remuneração obtida por meio da comercialização e do aluguel de imóveis. A desvalorização ou desapropriação de imóveis adquiridos pelo Fundo e a queda da receita proveniente de aluguéis, entre outros fatores associados aos ativos do Fundo, poderão impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas. Além disso, o Fundo está exposto aos riscos inerentes à locação ou ao arrendamento dos imóveis, de forma que não há garantia de que todas as unidades dos imóveis estarão sempre alugadas ou arrendadas. Adicionalmente, os imóveis e os ativos imobiliários, que poderão ser objeto de investimento pelo Fundo, poderão ser aplicações de médio e longo prazo, que possuem baixa liquidez no mercado. Assim, caso seja necessária a venda de tais Imóveis e/ou ativos imobiliários da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas.

Risco de vacância, rescisão de contratos de locação e revisão do valor do aluguel

O Fundo tem como objetivo preponderante a exploração comercial dos imóveis, e a rentabilidade do Fundo poderá sofrer oscilação em caso de vacância de qualquer um de seus espaços locáveis, pelo período que perdurar a vacância. Adicionalmente, a eventual tentativa dos locatários de questionar juridicamente a validade das cláusulas e dos termos dos contratos de locação, entre outros, com relação aos seguintes aspectos: (i) montante da indenização a ser paga no caso de rescisão do contrato pelos locatários previamente à expiração do prazo contratual; e (ii) revisão do valor do aluguel, poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas. Em ambos os casos, a eventual decisão judicial que não reconheça a legalidade da vontade das partes ao estabelecer os termos e as condições do contrato de locação em função das condições comerciais específicas, aplicando a Lei do Inquilinato, poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas.

Risco relacionado à mudança do critério de distribuição de rendimentos e sua respectiva tributação

Em 24/01/2022, a Comissão de Valores Mobiliários divulgou a ata da reunião do seu Colegiado de 21/12/2021, na qual deliberou pelo provimento parcial de recurso envolvendo questões relacionadas à distribuição de rendimentos de fundo de investimento imobiliário em valores superiores ao lucro contábil acumulado.

A referida decisão envolveu um caso específico. Contudo, o entendimento ali manifestado pode se aplicar aos demais fundos de investimento imobiliário que tenham características similares ao caso analisado.

Com base na decisão do Colegiado, os fundos imobiliários têm discricionariedade para definir os valores a serem distribuídos aos cotistas. Entretanto, ao apresentarem suas demonstrações financeiras, devem reconhecer adequadamente a segregação dos valores distribuídos entre rendimentos e amortização de capital.

No dia 17/05/2022, o colegiado da CVM reavaliou a sua decisão anterior e decidiu, por unanimidade, reconhecer a regularidade do tratamento contábil dado às distribuições de lucro apurado pelo regime de caixa, ainda que em montante superior ao lucro contábil do exercício, calculado pelo regime de

competência, adicionado dos lucros acumulados do exercício anterior ou, na hipótese de prejuízo contábil (“Lucro Caixa Excedente”), afastando sua caracterização como amortização de cotas integralizadas, reestabelecendo o cenário antigo, e permitindo a distribuição dos rendimentos a partir do lucro no regime de caixa.

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido do Fundo está composto por 21.243.688 cotas, totalmente integralizadas, cujo valor patrimonial unitário é de R\$ 133,71 (cento e trinta e três reais e setenta e um centavos), (em 31 de dezembro de 2022 - 18.591.085 cotas com unitário de R\$ 123,83 (cento e vinte e três reais e oitenta e três centavos)).

12. Emissões, integralizações e subscrições de cota

Em comunicado ao mercado, realizado em 08 de dezembro de 2022, foi divulgado o resultado final de alocação da oferta pública de distribuição primária de cotas da 8ª emissão do Fundo, sendo subscritas e integralizadas 894.818 novas cotas, totalizando um montante de R\$ 103.585.

Em comunicado ao mercado, realizado em 02 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado final de alocação da oferta pública de distribuição primária de cotas da 9ª emissão do Fundo, sendo subscritas e integralizadas 2.652.636 novas cotas, totalizando um montante de R\$ 353.108.

Em comunicado ao mercado, realizado em 22 de dezembro de 2023, foi divulgado o resultado final de alocação da oferta pública de distribuição primária de cotas da 10ª emissão do Fundo, sendo subscritas e integralizadas 7.548.952 novas cotas, totalizando um montante de R\$ 875.000. Esse montante foi integralizado em 05 de janeiro de 2024.

Resgate de cotas

Não é permitido o resgate de cotas.

Negociação das cotas

O Fundo possui cotas negociadas no mercado secundário, cujo código de negociação na B3 S.A. é VISC11, sendo a última negociação ocorrida em 29 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 123,83 (em 29 de dezembro de 2022 – R\$ 106,22).

VISC11 (Valores expressos em reais)	Preço de fechamento	
	2023	2022
Janeiro	106,84	101,30
Fevereiro	103,14	99,99
Março	101,94	99,88
Abril	107,84	103,00
Maio	118,00	101,50
Junho	119,70	101,00
Julho	119,60	101,39
Agosto	120,76	112,46
Setembro	118,75	111,49
Outubro	117,15	113,15
Novembro	118,95	104,86
Dezembro	123,83	106,22

13. Distribuição de rendimentos

De acordo com o regulamento, o Fundo deve efetuar a distribuição em bases semestrais de, no mínimo, 95% dos lucros auferidos, considerando as disponibilidades de caixa existentes.

	Cálculo de rendimento a distribuir	
	2023	2022
Resultado contábil ajustado pelos efeitos de caixas acumulados de períodos anteriores (saldo inicial)	24.769	18.160
Lucro líquido contábil	440.847	301.664
Ajustes para eliminação de efeitos não-caixa		
Ajustes de receita:		
<i>Fair value</i> sobre propriedades para investimento	(194.212)	(157.389)
<i>Fair value</i> sobre ações de companhias fechadas	(1.919)	-
Ajuste de valor justo de cotas de fundos de investimento imobiliário	(428)	(1.617)
Outras receitas / (despesas)	(221)	193
Receitas de vendas de imóveis não realizadas no exercício	(67.992)	-
Receitas imobiliárias recebidas (a receber) de períodos anteriores	(65)	(17.145)
Ajuste de despesas:		
Despesas não pagas no exercício	2.587	2.630
Despesas pagas referentes a exercícios anteriores	(2.218)	(2.170)
Despesas de juros incorridas	74.186	67.067
Despesas de juros pagas	(43.767)	(33.896)
Lucro líquido contábil do exercício ajustado por efeito não-caixa	206.798	159.337
Valor distribuído	(200.801)	(152.728)
Resultado acumulado não distribuído	30.766	24.769
Valores a distribuir aprovados pela Administração	(22.523)	(15.802)
Resultado acumulado ajustado pelo valores a distribuir	8.243	8.967
(%) do lucro líquido ajustado por efeito não-caixa distribuído ou a distribuir	100,35%	96,77%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo divulgou distribuição de rendimentos de R\$ 207.522, tendo efetivamente pago R\$ 200.771, sendo R\$ 15.802 referente ao exercício anterior e R\$ 184.999 referente ao período corrente, remanescendo R\$ 22.553 a pagarnessa data. Os valores distribuídos correspondem ao lucro líquido ajustado pelos efeitos não caixa não distribuído de exercícios anteriores, além do resultado caixa gerado no exercício corrente. (No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Fundo distribuiu R\$ 154.188).

14. Taxa de administração

O administrador receberá remuneração conforme tabela regressiva abaixo ao ano sobre o valor de mercado da cota do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 15 mensais, acrescida de valor adicional mensal de R\$ 50 pela prestação de serviços de gestão e escrituração de cotas, sendo certo que o valor mínimo mensal é atualizado anualmente, a partir da data de início das atividades do Fundo, pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor contábil do patrimônio líquido ou valor de mercado do Fundo	Taxa de administração
Até o valor de R\$ 1.000.000,00.	1,35% ao ano
Sobre o valor que exceder R\$ 1.000.000,00 até R\$ 2.000.000,00.	1,20% ao ano
Sobre o valor que exceder R\$ 2.000.000,00.	1,05% ao ano

A taxa de administração engloba os pagamentos devidos ao administrador, ao gestor, ao custodiante e ao escriturador e não inclui valores correspondentes aos demais encargos do Fundo, os quais serão debitados do Fundo de acordo com o disposto no regulamento e na regulamentação vigente.

A taxa de administração é provisionada por dia útil, mediante divisão da taxa anual por 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, apropriada e paga mensalmente ao administrador, por período vencido, até o 5º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

Pela prestação dos serviços de gestão, o gestor faz jus a uma remuneração correspondente à diferença entre a taxa de administração e a remuneração devida ao administrador e o montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos custos devidos ao prestador dos serviços de escrituração das cotas de emissão do Fundo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram apropriadas as taxas conforme abaixo:

Descrições dos serviços	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração	1.507	1.466
Taxa de gestão	24.569	22.021
	26.076	23.487

15. Despesas administrativas

Foram contabilizadas as seguintes despesas administrativas do Fundo nos exercícios de 2023 e 2022, conforme quadro abaixo:

Descrições dos encargos	31/12/2023		31/12/2022	
	Valores	% PL médio	Valores	% PL médio
Despesas com taxa de administração e gestão	(26.076)	1,14%	(23.487)	1,15%
Consultorias e assessorias	(4.078)	0,18%	(5.342)	0,26%
Despesas de auditoria e custódia	(519)	0,02%	(425)	0,02%
Despesas com estruturação de securitizações de recebíveis	(247)	0,01%	(179)	0,01%
Outras receitas/despesas operacionais	(1.193)	0,05%	(80)	0,00%
Despesas com taxa de fiscalização CVM	(57)	0,00%	(57)	0,00%
	(32.170)	1,41%	(29.570)	1,45%

Os percentuais da tabela acima foram calculados com base no patrimônio líquido médio de 31 de dezembro de 2023, no valor de 2.285.965 (em 2022 - R\$ 2.045.397), determinados com base na média diária do valor do patrimônio líquido do Fundo.

16. Rentabilidade

A rentabilidade percentual média das cotas do Fundo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apurada considerando os resultados do exercício sobre o patrimônio líquido médio do exercício, foi positiva em 19,32% (em 2022: positiva em 14,75%).

O percentual médio dos rendimentos distribuídos por cota no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apurado considerando o rendimento distribuído no exercício sobre o patrimônio líquido médio do exercício, foi de 9,07%. (em 2022: 7,47%).

17. Tributação

Da carteira do Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento imobiliário são isentos de imposto de renda (IR) e imposto sobre operação financeira (IOF), salvo os oriundos de aplicações financeiras de renda fixa e renda variável, inclusive o ganho de capital auferido na negociação de cotas de fundos de investimento imobiliário que estão sujeitos a IR.

Aplicar-se-á à carteira do Fundo a isenção de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos nos investimentos em imóveis, em cotas de fundos de investimento imobiliário, letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Eventual imposto de renda incidente sobre as aplicações financeiras do Fundo é passível de compensação, de forma proporcional, com o imposto devido na distribuição de rendimentos do Fundo.

Dos cotistas do Fundo

Como regra geral, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário estão sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 20%, exceto nas seguintes hipóteses:

(i) isenção de IR para pessoas físicas: os rendimentos pagos a pessoas físicas que tenham percentual inferior a 10% da totalidade de cotas do fundo, desde que o fundo de investimento imobiliário tenha suas cotas negociadas exclusivamente em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado e possua, no mínimo, 100 cotistas (2022: 50), são isentos de imposto de renda na fonte.

(ii) imposto de 15% de IR sobre estrangeiros não localizados em paraíso fiscal: os rendimentos pagos a investidores estrangeiros, de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (CVM), que não sejam residentes em jurisdições consideradas paraísos fiscais, estão sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

18. Partes relacionadas

a. Taxa de administração

No exercício foram incorridas despesas referentes à taxa de administração, conforme mencionada na Nota Explicativa nº 14.

b. Venda de propriedade para investimento

No período, o Fundo vendeu a fração de 9,1393% do Minas Shopping. Essa operação foi realizada tendo como contraparte parte relacionada cotista do Fundo em 31 de dezembro de 2022.

c. Compra de propriedade para investimento

No período, o Fundo comprou as frações de 45,00%, 6,00%, 54,53%, 20,00% dos ativos Via Sul Shopping, Conjunto Nacional, SPE Mônaco e Madureira Shopping, respectivamente. Essas operações foram realizadas tendo como contraparte parte relacionada cotista do Fundo em 31 de dezembro de 2023.

19. Custódia e tesouraria

A custódia dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo é exercida diretamente pela administradora, a qual presta ainda os serviços de tesouraria, controladoria e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo.

20. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

21. Divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da administradora, assim na CVM.

22. Demonstrativo ao valor justo

O Fundo aplica o CPC 46 e o art. 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurado no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível das seguintes hierarquias de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no art. 7º da Instrução CVM 516/11.

Abaixo apresentamos os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativo	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Cotas de Fundo de Investimentos	-	667.515	-	-	66.124	-
Cotas de Fundos Imobiliários	3.320	-	-	2.892	-	-
Ações de companhia fechadas	-	-	135.388	-	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	3.421.384	-	-	2.857.990
Total	3.320	667.515	3.556.772	2.892	66.124	2.857.990

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, as cotas de fundo de investimento não listadas na B3 são consideradas como caixa e equivalente de caixa.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram mudanças nos níveis de mensuração do valor justo para os ativos apresentados na tabela acima.

As variações do valor justo ocorridas para os ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas conforme Notas Explicativas nºs 4, 5, 7 e 9.

23. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, registre-se que a Administradora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

24. Alterações estatutárias e assembleias de cotistas

Em 02 de maio de 2022, na Assembleia Geral Ordinária de cotistas, a integralidade dos cotistas presentes, aprovaram, sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras do Fundo, as notas explicativas e o parecer do auditor independente, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 03 de maio de 2023, na Assembleia Geral Ordinária de cotistas, houve deliberação e aprovação sobre as demonstrações financeiras do Fundo, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

25. Outros assuntos

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõe sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

- a) No último dia dos meses de maio e novembro; ou
- b) Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimentos imobiliários (“FII”), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio (“FIAGRO”), fundos de investimentos em participações em infraestrutura (“FIPs-IE”), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de investimentos, não estão sujeitos à tributação periódica.

26. Eventos subsequentes

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), editou no dia 03 de dezembro de 2022 a Resolução CVM 175, alterada pelas Resoluções CVM nº 181/23 e 184/23, a qual dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. A Resolução entrará em vigor em 3 de abril de 2023, com prazo para adaptação até 31 de dezembro de 2023 para FIDCs e até 31 de dezembro de 2024 para os demais fundos, e revogará as atuais Instruções CVM 555, CVM 356, CVM 444, CVM 472 e CVM 578.

Em 12 de março de 2024, foi publicada a Resolução CVM 200, que prorrogou o prazo da indústria de fundos para se adequar à Resolução 175, passando os prazos para: (i) 1º de outubro de 2024: implementação da estrutura de classes e subclasses e do art. 99 que trata do acordo de remuneração entre classes investidas e investidoras; (ii) 1º de outubro de 2024: adoção da segregação de taxas entre os prestadores de serviços; (iii) 29 de novembro de 2024: prazo para adaptação do estoque de FIDCs; (iv) 30 de junho de 2025: prazo para adaptação do estoque dos demais fundos em funcionamento quando da publicação da regra. O Anexo Normativo III da 175 também foi pontualmente alterado para permitir a constituição de ônus reais sobre os imóveis da classe de cotas.

A Administradora está em processo de avaliação das eventuais adequações que serão necessárias para o pleno atendimento da norma no prazo determinado pelo regulador. Na data de publicação dessas demonstrações contábeis, não há impactos decorrentes da publicação da nova Resolução.

Em 02 de janeiro de 2024, o Fundo concluiu a aquisição de parcela adicional equivalente a 1,26% do Shopping Paralela pelo montante de R\$ 1.560, localizado em Salvador, no estado da Bahia.

Em 02 de janeiro de 2024, o Fundo realizou a amortização antecipada parcial de principal da Obrigação por aquisição (Shopping Boulevard, Maracanaú, Porto Velho e Pantanal) no valor de R\$ 120.000.

* * *

Danilo Christóforo Barbieri
Diretor Responsável

Robson Christian H. dos Reis
CRC 1SP214011-O